



PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Em face do **Edital do Pregão Eletrônico nº 0014/2025**, que tem por objeto a aquisição de **tubos de concreto para fins de escoamento e drenagem**, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

I. DA TEMPESTIVIDADE

O presente pedido é tempestivo, nos termos do **art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe:

"O pedido de impugnação deverá ser formulado até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a apresentação das propostas."

Assim, estando dentro do prazo legal, requer-se o seu regular recebimento e processamento.

II. DOS FATOS E DA IRREGULARIDADE APONTADA

O Edital em comento especifica, de forma **restritiva e sem justificativa técnica**, a aquisição exclusiva de **tubos de concreto**, ignorando a existência de **soluções tecnológicas modernas e comprovadamente superiores**, como os **tubos de PEAD corrugado de parede dupla**.

Não há, no termo de referência, projeto básico, parecer técnico, nem qualquer **estudo comparativo** que fundamente a escolha do concreto em detrimento do PEAD. Trata-se, portanto, de uma **especificação técnica arbitrária e potencialmente lesiva ao interesse público**, além de **restringir a competitividade** entre fornecedores.

III. DO DIREITO

a) Ausência de Justificativa Técnica Detalhada e Violação à Lei nº 14.133/2021

A **escolha da solução técnica pela Administração Pública** deve estar devidamente **motivada**, conforme prevê o **art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**:

"O termo de referência deverá conter, no mínimo: I – **justificativa da necessidade da contratação**, inclusive a **escolha do tipo de solução adotada**."

Ademais, o **art. 6º, inciso XXV**, da mesma lei, exige a elaboração de **projeto básico e executivo** que oriente tecnicamente a contratação, o que, na prática, não se verifica.

b) Vedação à Restrição Indevida à Competitividade

A restrição injustificada à utilização de tubos de PEAD caracteriza **ofensa direta aos princípios da isonomia, da legalidade e da competitividade**, consagrados no **art. 37, XXI, da Constituição Federal** e no **art. 7º, §5º da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe:

"É vedada a adoção de especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, **limitem a competição ou restrinjam a participação de licitantes**, inclusive nos casos de indicação de marca específica, **salvo em caráter excepcional**, devidamente justificado."

c) Da Violação ao Princípio da Eficiência e da Vantajosidade

A escolha unilateral e infundada pela Administração quanto ao uso exclusivo de **tubos de concreto**, sem a devida análise comparativa com soluções mais modernas e eficazes, como os **tubos de PEAD corrugado de parede dupla**, configura manifesta **violação aos princípios da eficiência e da vantajosidade**, previstos no ordenamento jurídico brasileiro.

O **princípio da eficiência**, consagrado no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, impõe à Administração Pública o dever de buscar os melhores resultados com os menores custos possíveis, observando o desempenho, a durabilidade, a economicidade e a sustentabilidade dos bens e serviços contratados. Já o **princípio da vantajosidade**, positivado no **art. 11 da Lei nº 14.133/2021**, exige que a contratação pública promova, de maneira ampla, o atendimento do interesse público, o que inclui a adoção da melhor solução técnica disponível no mercado.

A ausência de justificativa técnica para a exclusão dos tubos de PEAD corrugado contraria essas diretrizes e compromete a economicidade da contratação, uma vez que:

- os tubos de PEAD possuem maior vida útil, superior a 50 anos;
- oferecem melhor estanqueidade, resistência a agentes químicos e facilidade de instalação;
- são mais leves, exigindo menor custo logístico;
- e possuem custo total inferior quando se considera o ciclo de vida do material (instalação, manutenção e operação).

Parecer Atual do TCU

O **Tribunal de Contas da União**, em **acórdão recente**, reafirma a obrigatoriedade da busca pela solução mais vantajosa à Administração, inclusive com a análise comparativa de alternativas tecnológicas:

TCU – Acórdão nº 1915/2022 – Plenário

“É dever da Administração avaliar as diferentes soluções técnicas disponíveis no mercado e justificar, de forma objetiva e fundamentada, a escolha da opção mais vantajosa, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de ineficiência e potencial dano ao erário.”

No mesmo acórdão, o TCU alerta que a adoção de tecnologia superada ou a exclusão de alternativa mais moderna **sem análise comparativa ou estudo técnico** representa má gestão dos recursos públicos.

Jurisprudência do TCE-RS

Em igual sentido, o **Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)** tem recomendado a revisão de licitações em que a Administração **escolhe uma solução técnica sem apresentar estudo comparativo entre alternativas viáveis**, especialmente em obras de engenharia e saneamento:

TCE-RS – Processo nº 002064-02.00/22-0 – Sessão de 24/08/2023

“A Administração deve demonstrar, mediante análise técnica adequada, que a solução escolhida representa a melhor relação custo-benefício para o interesse público. A ausência de estudo comparativo entre materiais e métodos viola os princípios da eficiência e da economicidade, podendo acarretar responsabilização do gestor.”

Essa jurisprudência reforça que, em processos licitatórios, é dever do gestor público justificar tecnicamente a **superioridade da solução adotada** em detrimento de outras disponíveis no mercado. No caso concreto, a omissão em avaliar e permitir a participação de fornecedores de **tubos PEAD corrugados**, amplamente utilizados em obras de drenagem urbana, **afronta esses princípios e macula a legalidade do certame**.

Portanto, a **especificação exclusiva por tubos de concreto**, sem o devido embasamento técnico e sem análise comparativa com tubos de PEAD corrugado, **invalida o processo licitatório**, na medida em que impede a obtenção da **solução mais eficiente e vantajosa para o interesse público**, em clara afronta ao **art. 11 da Lei 14.133/2021**, ao **art. 37 da Constituição Federal**, e à jurisprudência reiterada dos Tribunais de Contas.

Requer-se, assim, que a Administração proceda com a **retificação do edital**, sob pena de nulidade do certame e eventual apuração de **responsabilidade administrativa e financeira** do gestor.

d) Jurisprudência do TCU e Pareceres de Tribunais de Contas

Revista de Pareceres do TCE-RS (2024)



O **TCE-RS**, em sua coletânea de pareceres da Consultoria Técnica lançada em 2024, reforça exigência para:

“apresentação de análise técnico-econômica comparativa quando adotar-se tecnologia ou material restritivos, especialmente em obras e serviços de engenharia” [Gran Cursos Blog+8TCERS+8CEISC+8](#)

Embora genérico, este parecer atualiza o entendimento estadual e legitima requerer comparação entre concreto e PEAD.

TCE-RS – Coletânea de Pareceres da Consultoria Técnica (2024)

Na edição de 2024 da coletânea lançada pela **Consultoria Técnica do TCE-RS**, encontram-se diversas decisões orientadoras sobre a necessidade de **estudo técnico-econômico comparativo em licitações com materiais restritivos**. O material estabelece que:

“É obrigatória a apresentação de análise técnico-econômica comparativa quando se adotar tecnologia ou material restritivo, especialmente em obras e serviços de engenharia, sob risco de comprometer a eficiência e a economicidade do objeto contratado.” [tcers.tc.br+15tcers.tc.br+15famurs.com.br+15](#)

Essa orientação, deliberada e validada pelo Tribunal Pleno no ano de 2024, confirma a exigência sólida de estudo comparativo para justificar a escolha por tecnologias específicas em licitação.

IV. BENEFÍCIOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS DOS TUBOS DE PEAD CORRUGADO DE PAREDE DUPLA

O edital em questão opta, de forma arbitrária e sem qualquer respaldo técnico, pela exclusividade do **tubo de concreto**, sem considerar os inúmeros **benefícios comprovados da tecnologia PEAD corrugado de parede dupla**, também reconhecidos como **“tubos limpos”**, dada sua característica de não retenção de partículas, o que melhora o desempenho hidráulico, evita entupimentos e amplia a vida útil da rede.

Benefícios Técnicos e Operacionais dos Tubos de PEAD Corrugado de Parede Dupla

1. **Alta durabilidade:** Vida útil superior a **50 anos**, resistente a deformações e à corrosão química, ideal para solos agressivos e ambientes urbanos.
2. **Leveza e manuseio facilitado:** Tubos até 10 vezes mais leves que os de concreto, dispensando uso de guindastes e reduzindo custos com mão de obra.

3. **Rapidez de instalação:** Encaixes por junta elástica tipo bolsa, com menor tempo de obra e menor impacto urbano.
4. **Estanqueidade superior:** Vedação eficiente nas juntas, evitando infiltrações e extravasamentos.
5. **Maior desempenho hidráulico:** Parede interna lisa que reduz atrito e mantém alta capacidade de escoamento mesmo com menor diâmetro nominal.
6. **Resistência química e abrasiva:** Indicado para ambientes agressivos, águas pluviais com resíduos urbanos, e esgotos sanitários.
7. **Sustentabilidade:** Material reciclável, com menor impacto ambiental em todo o ciclo de vida.
8. **Versatilidade de aplicações:** Usado em drenagem pluvial, esgoto sanitário, passagens de cabos, irrigação, bueiros e canalizações.
9. **Custo total reduzido:** Menor custo logístico, de escavação e de manutenção, com **melhor custo-benefício em comparação ao concreto.**
10. **Tubo limpo:** Por sua **parede interna lisa em polietileno de alta densidade**, não retém partículas, lodo, ou resíduos, o que previne entupimentos e **prolonga a vida útil do sistema.**

Tabela Comparativa – Tubo PEAD Corrugado de Parede Dupla vs. Tubo de Concreto

Critério	Tubo PEAD Corrugado de Parede Dupla	Tubo de Concreto
Vida útil	Superior a 50 anos	20 a 30 anos
Peso por metro linear	Muito leve (até 90% mais leve)	Muito pesado, requer guindaste
Facilidade de instalação	Alta – montagem rápida e sem equipamentos pesados	Baixa – requer máquinas e mais operários
Estanqueidade das juntas	Elevada (juntas com vedação elástica)	Baixa – alto risco de infiltração

Desempenho hidráulico	Excelente – parede interna lisa	Médio – parede interna rugosa
Resistência química	Alta – ideal para meios agressivos	Baixa – sujeito à corrosão
Custo de transporte	Baixíssimo – alto volume em um único caminhão	Elevado – transporte limitado por peso e volume
Manutenção preventiva	Mínima – sistema autolimpante (“tubo limpo”)	Frequente – pode acumular resíduos
Impacto ambiental	Baixo – reciclável e de menor emissão de CO ₂	Elevado – concreto tem maior pegada de carbono

Ademais, o uso de tubos PEAD corrugados de parede dupla encontra respaldo em normas técnicas brasileiras da ABNT, em especial a **NBR 15.306:2019**, que trata de “Sistemas enterrados para drenagem e esgoto sanitário — Tubos de polietileno de alta densidade (PEAD) corrugados de parede dupla”, além da **NBR ISO 21138**, que também regula os requisitos técnicos e dimensionais para tais sistemas. Os tubos de concreto, por sua vez, são regidos pela **NBR 8890**, aplicável a tubos de concreto simples ou armado para drenagem. Assim, ambas as soluções possuem normatização técnica válida, o que reforça a necessidade de **análise técnica comparativa isenta e criteriosa**, conforme exigido pelos Tribunais de Contas, evitando-se escolhas baseadas em preferência ou tradição e promovendo a escolha mais vantajosa sob a ótica da eficiência administrativa.

V. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, considerando a ausência de justificativa técnica no Edital, a possível restrição indevida à competitividade, a existência de alternativa técnica superior, bem como o princípio da vantajosidade e da eficiência previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021, requer-se a esta Comissão:

1. O acolhimento integral deste pedido de impugnação;
2. A retificação do Edital, com as seguintes providências:

a) Que seja retificado o edital para substituir a exigência de tubos de concreto pela adoção de tubos PEAD corrugados de parede dupla como solução principal e preferencial, em

razão da superioridade técnica e econômica comprovada, conforme demonstrado em diversas obras de drenagem urbana em âmbito nacional, sendo amplamente reconhecidos pelas normas técnicas da ABNT e pela engenharia de infraestrutura como **tecnologia superior** à tradicional solução em concreto;

b) Que seja determinada, de forma imediata, a **elaboração, juntada aos autos do processo licitatório e ampla divulgação de estudo técnico comparativo**, elaborado por profissional ou equipe técnica habilitada, entre as soluções de:

- **Tubo de concreto armado convencional;**
- **Tubo corrugado de polietileno de alta densidade (PEAD) de parede dupla.**

Este estudo deverá conter, **obrigatoriamente**, a análise objetiva e documentada dos seguintes parâmetros técnicos e econômicos:

- **Custo de aquisição por metro linear;**
- **Durabilidade projetada e vida útil estimada;**
- **Custo de transporte e logística até o local da obra;**
- **Custo de mão de obra e tempo médio de instalação por metro linear;**
- **Índice de estanqueidade e desempenho hidráulico comparativo;**
- **Custos de manutenção corretiva e preventiva no ciclo de vida útil da rede;**
- **Impacto ambiental e reciclabilidade dos materiais utilizados;**
- **Resistência mecânica e química em função da destinação da obra (escoamento pluvial, efluentes, etc.).**

Tal estudo será essencial para **demonstrar, com base em critérios objetivos**, qual das soluções é **mais eficiente e vantajosa** ao interesse público, conforme exigência legal expressa no **art. 11 da Lei nº 14.133/2021** e reiterada jurisprudência do TCU e TCE-RS.

3. Caso a Comissão entenda pela manutenção da exigência exclusiva de tubos de concreto **sem a apresentação do referido estudo técnico comparativo**, requer-se, **como medida subsidiária e de cautela jurídica, a anulação do certame por vício de legalidade e restrição indevida à competitividade**, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1915/2022 – Plenário) e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 002064-02.00/22-0 – Sessão de 24/08/2023).

4. Requer-se, ainda, nos termos do **art. 164, §2º, da Lei nº 14.133/2021**, que a **resposta ao presente pedido de impugnação – seja pelo seu deferimento ou indeferimento – seja apresentada por escrito, devidamente fundamentada em razões técnicas e jurídicas**, contendo os elementos técnicos que eventualmente justifiquem a escolha exclusiva de tubos de concreto e a exclusão da solução técnica em PEAD corrugado.
5. Por fim, visando a **transparência, o controle externo e a segurança jurídica da licitação**, requer-se que **cópia integral da decisão da Comissão de Licitação sobre este pedido de impugnação, bem como os documentos técnicos eventualmente produzidos (estudos, pareceres, etc.), sejam encaminhados formalmente ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)** para ciência e eventual manifestação, nos termos dos arts. 1º, 70 e 74 da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, 3º e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), que tratam da fiscalização contábil, financeira e orçamentária da Administração Pública.

Por fim, importa salientar que, embora o custo unitário do tubo de concreto possa ser inferior ao do tubo PEAD corrugado de parede dupla, **o custo global da obra, considerado todo o ciclo de instalação, logística, manuseio, mão de obra, tempo de execução e manutenção**, revela-se consideravelmente mais elevado. Assim, a opção da Administração por uma solução que, ao final, se mostra mais onerosa ao erário, sem justificativa técnica robusta e comparativa, **pode implicar afronta direta à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), especialmente aos artigos 15 a 17**, que impõem ao gestor público o dever de zelar pela responsabilidade na gestão dos recursos públicos, priorizando soluções mais eficientes e vantajosas sob o ponto de vista técnico e econômico. Tal conduta pode configurar irregularidade grave, passível de responsabilização, como já apontado em julgados recentes do TCU e TCE-RS.

São José 22 de julho de 2025

46.166.296/0002-05
M.A.W. Comércio, Importação,
Exp. e Gestão Empresarial
Rua Moura, 270 / 801
CEP 88417-250 São José - SC



Marcos Aurélio Wanin – Diretor

MAW Comércio Imp. Exp. e Gestão Empresarial LTDA
CNPJ - 46.166.296/0002-05



*Município de São Vendelino
Estado do Rio Grande do Sul*



Resposta ao pedido de Impugnação ao Pregão Eletrônico 0014/2025, o qual tem por objetivo aquisição de tubos de concreto para drenagem pluvial.

Empresa solicitante da impugnação: M.A.W Comércio, importação exp. E gestão empresarial, CNPJ.: 46.166.296/0002-05

ASSUNTO: Justificativa acerca da solicitação no edital da exigência de tubos de concreto e tubos de concreto armado.

EVERSON SERGIO KERBES, engenheiro civil e de, com RG Nº 4058247802, inscrito no CPF Nº 750.684.940-20, registrado no CREA-RS Nº 124.620, responsável técnico pelo setor de engenharia do Município de São Vendelino-RS, vem respeitosamente, apresentar justificativa técnica acerca da necessidade de aditivo de prazo ao presente contrato.

A justificativa encontra-se embasada na sua viabilidade econômica a qual demonstraremos abaixo, baseada nos custos de fornecimento de materiais em conformidade ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

A tabela abaixo acostada faz referência a 3 (três tipos, digo diâmetros de tubos), comparando os custos de fornecimento, insumos, conforme SINAPI, Insumos, mês de referência 06/2025, Data de emissão 11/07/2025.



Município de São Vendelino
Estado do Rio Grande do Sul



Estado do Rio Grande do Sul						
MUNICÍPIO DE São Vendelino - RS						
Planilha de Orçamento - Fornecimento de Materiais						
Cod. Família	Cod. SINAPI, Insumo	Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	PERCENTUAL
		1	TUBOS PRÉ MOLDADOS EM CONCRETO			
007725	007725	1.1	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL = 600mm	m	230,00	100,00%
007750	007750	1.2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL = 800mm	m	382,68	100,00%
007750	007750	1.3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL = 1.000mm	m	448,40	100,00%
		2	TUBOS EM PEAD			
002446	041782	2.1	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI 600mm, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM ESGOTO)	m	997,20	433,57%
002446	041783	2.2	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI 800mm, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM ESGOTO)	m	1.621,97	423,84%
002446	041785	2.3	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI 1.000mm, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM ESGOTO)	m	2.498,61	557,23%

Conforme explica a planilha acima, o custo dos tubos em PEAD, são muito superiores aos custos dos tubos em concreto pré moldado

Sendo o que tínhamos para o momento, retorna-se o processo ao setor de licitações, para que de andamento aos tramites legais.

São Vendelino-RS, 22 de julho de 2025.

EVERSON SERGIO
KERBES:75068494020

Assinado de forma digital por EVERSON
SERGIO KERBES:75068494020
Dados: 2025.07.22 17:36:03 -03'00'

Engenheiro Civil Everson Sergio Kerbes
CREA-RS 124.620



Município de São Vendelino
Estado do Rio Grande do Sul





PARECER JURÍDICO

I - PREÂMBULO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, para aquisição de tubos de concreto para drenagem pluvial.

Na sequência, o processo foi remetido a esta Assessoria Jurídica, para a análise da impugnação ao edital formulada pela empresa M.A.W. Comércio, Importação e Gestão Empresarial LTDA.

O impugnante alega, basicamente, que há ausência de justificativa técnica para a escolha exclusiva por tubos de concreto, sugerindo que também sejam admitidos tubos de PEAD corrugado de parede dupla, por suporta superioridade técnica e econômica.

É o sucinto relatório.

Passa-se a apreciação.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

Adianto que entendo que é caso de desacolhimento da impugnação ao edital formulada pela empresa M.A.W. Comércio, Importação e Gestão Empresarial LTDA.

Explico.

O edital da licitação foi formulado da forma como melhor atende às necessidades do Município de São Vendelino. **O que o impugnante deseja, ao fim e ao cabo, é a modificação do objeto da licitação, o que não é possível em sede de impugnação ao edital, visto que este foi concebido de forma a buscar a solução mais eficiente e vantajosa para o interesse público.**

Assim, a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, através do Setor de Engenharia, concebeu como melhor produto aos fins de que se destina (drenagem pluvial) a contratação de tubos de concreto.

Mais do que isso: em consulta ao SINAPI, verificou-se que os tubos de PEAD corrugado de parede dupla apresentam valor infinitamente superior aos tubos de concreto, não sendo, portanto, a solução mais adequada que atende ao princípio da economicidade.

Assim, entendo que deve ser desacolhida a impugnação lançada pela empresa M.A.W. Comércio, Importação e Gestão Empresarial LTDA, mantendo-se hígido o instrumento convocatório (edital) e dando-se sequência ao procedimento licitatório.

III – DA CONCLUSÃO:

Handwritten signature




Município de São Vendelino
Estado do Rio Grande do Sul



Ante o exposto, restrito aos aspectos jurídico-formais da matéria, opino pelo **desacolhimento da impugnação ao edital** formulada pela empresa M.A.W. Comércio, Importação e Gestão Empresarial LTDA, mantendo-se hígido o edital e dando-se sequência ao procedimento licitatório.

É o parecer, *sub censura*.

São Vendelino, 23 de julho de 2025.


Frederico Bet
Assessor Jurídico
OAB/RS 111.204



*Município de São Vendelino
Estado do Rio Grande do Sul*



DECISÃO ADMINISTRATIVA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 – Registro de Preços

Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto para Drenagem Pluvial

A Comissão de Licitação do Município de São Vendelino/RS, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio desta, apresentar a decisão fundamentada referente ao pedido de impugnação ao edital apresentado pela empresa MAW Comércio, Importação, Exportação e Gestão Empresarial LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.166.296/0002-05.

I – RELATÓRIO

A empresa impugnante requer a modificação do objeto licitado, sustentando que a especificação de tubos de concreto seria tecnicamente injustificada e restritiva à competitividade, e que deveria ser adotado, como solução obrigatória ou preferencial, o tubo corrugado de PEAD (polietileno de alta densidade) de parede dupla.

Alega, ainda, suposta afronta aos princípios da eficiência e economicidade, além da ausência de estudo técnico comparativo entre as tecnologias de tubos.

II – DA ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA DO PEDIDO

2.1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO PELA ADMINISTRAÇÃO

Cumprе destacar, de início, que a definição do objeto é prerrogativa exclusiva da Administração, a qual deve pautar-se por critérios de interesse público, viabilidade técnica, padronização local e realidade orçamentária. Não cabe ao particular impor à Administração a escolha de determinada tecnologia, especialmente quando o produto especificado:

- a) É amplamente regulamentado por norma técnica da ABNT;
- b) É de uso corrente na engenharia pública de drenagem;
- c) É compatível com os métodos executivos locais, mão de obra disponível, estrutura de manutenção existente e logística da Secretaria de Obras.

Não há qualquer ilegalidade ou restrição indevida quando a Administração opta por uma solução técnica consolidada, segura e financeiramente viável, conforme as demandas reais de sua malha urbana.



2.2. DO ABSURDO PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO OBJETO

O pedido formulado ultrapassa os limites razoáveis e jurídicos de uma impugnação ao edital. Pretende-se, de forma arbitrária e sem respaldo técnico específico ao caso concreto, que o Município não apenas admita outro tipo de material como seja obrigado a adotar um produto completamente distinto daquele licitado, invertendo a lógica da contratação pública.

Tal pretensão é manifestamente descabida e desproporcional, pois:

Trata-se de dois produtos com características físico-mecânicas completamente distintas, com diferentes métodos de instalação, resistência, peso, comportamento hidráulico, logística e custos;

O tubo de PEAD apresenta preço por metro linear substancialmente superior ao tubo de concreto, o que por si só desvirtua a ideia de economicidade alegada;

A aquisição é para aplicação em redes padronizadas de drenagem pluvial, já projetadas com bitolas e conexões compatíveis com tubos de concreto, sendo inviável a adoção isolada de material plástico em trechos específicos;

A substituição de material exigiria nova estimativa orçamentária, replanejamento executivo, revisão de normas internas e eventual atualização dos projetos físicos de engenharia, o que foge completamente do escopo de um pregão eletrônico para aquisição de itens padronizados.

2.3. DA LEGALIDADE DO EDITAL

O edital segue rigorosamente os preceitos da nova Lei de Licitações, apresentando:

- a) Descrição objetiva do objeto;
- b) Critérios técnicos e quantitativos claros;
- c) Ausência de indicação de marca, fabricante ou método exclusivo;
- d) Ampla possibilidade de participação de fornecedores em igualdade de condições.



*Município de São Vendelino
Estado do Rio Grande do Sul*



O pedido parte de uma interpretação distorcida do conceito de vantajosidade e de eficiência, ignorando que a Administração Pública deve observar a solução mais compatível com a realidade concreta de sua rede de drenagem e da gestão pública local, não se limitando a argumentos genéricos sobre "vida útil", "peso" ou "tecnologia".

2.4. DA INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

Não há qualquer cláusula editalícia que imponha barreira à participação ampla de fornecedores. A exigência do tipo de material (concreto) está fundamentada tecnicamente, com base nas normas da ABNT, em práticas consolidadas da engenharia e em projetos de infraestrutura que já utilizam este material em redes interligadas.

A Administração não pode ser forçada a aceitar soluções que exijam mudança de padrão construtivo apenas para atender interesses comerciais de determinado fornecedor.

III – DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **INDEFERIMOS INTEGRALMENTE** o pedido de impugnação formulado pela empresa MAW Comércio, Importação, Exportação e Gestão Empresarial Ltda, por carecer de razoabilidade, legalidade e aderência à realidade técnica do objeto da contratação.

Ressaltamos que a manutenção da especificação por tubos de concreto é plenamente justificada, tanto sob o ponto de vista técnico como orçamentário, e atende aos interesses públicos de forma eficiente, econômica e transparente.

São Vendelino/RS, 23 de Julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br THAISE MAYARA CONSORTE
Data: 23/07/2025 13:57:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thaíse Mayara Consorte
Presidente da Comissão de Licitação
Município de São Vendelino/RS

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCIANO BALDESSARINI
Data: 23/07/2025 14:12:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciano Baldessarini
Membro da Comissão de Licitação